



AMERICEL S.A.

CNPJ 01.685.903/0001-16

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Americel S.A. submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia com o parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

1. Considerações Iniciais

O ano de 2010 foi marcado pela evolução em todas as áreas da Americel: ampliação dos resultados financeiros em relação aos anos anteriores, aumento significativo na base de clientes e melhorias nos indicadores de qualidade de atendimento e rede. Este desempenho se traduziu principalmente no aumento da sua participação no mercado e no grau de satisfação dos usuários.

Foram feitos investimentos para aumento da capacidade de rede e melhorias na qualidade de transmissão. Concomitante a isto, ocorreram lançamentos de novos planos de serviços, visando atender às necessidades específicas dos clientes, além de novos serviços de valor adicionado que reforçam a vocação de inovação da empresa. Houve também a expansão dos canais de distribuição, propiciando maior conforto e conveniência ao público.

2. Operação Comercial

A base de clientes em 2010 teve um incremento de 20% comparado ao ano anterior, atingindo 7.218 mil clientes. A participação de mercado alcançou 33,78% ao final de 2010.

A cobertura da Americel continua em expansão, finalizando 2010 com um total de 428 localidades cobertas, atingindo uma população de mais de 16,2 milhões de habitantes. A cobertura 3G já está presente em 24 destas localidades.

3. Canais de Distribuição

No Canal Direto, houve um aumento de 13%, em relação ao ano anterior, encerrando 2010 com 25 pontos de venda e o canal indireto com 436 pontos de venda.

4. Indicadores de Qualidade

Com a melhoria dos processos de atendimento a clientes e da qualidade técnica da rede, mantivemos o indicador de reclamações na prestadora em níveis reduzidos, fechando o índice em dezembro de 2010 a 0,56% de reclamações considerando o total da base de usuários. Com este resultado, a Americel permanece como uma das operadoras de telefonia móvel com o menor índice de reclamações.

5. Investimentos

Os investimentos em 2010 totalizaram cerca de R\$ 251 milhões, e foram aplicados principalmente em aumento da capacidade da rede, implantação da tecnologia 3G e na melhoria do sinal nas áreas já cobertas.

6. Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento

A Americel foi uma das pioneiras na oferta de serviços de terceira geração (3G), com a tecnologia HSDPA. Esta tecnologia permite a oferta de serviços de transmissão de dados com velocidade de banda larga por intermédio da rede móvel, por celular, computador, notebook ou palm. O 3G permite ainda realizar videochamadas, com transmissão simultânea e em tempo real de áudio e vídeo.

7. Gestão de Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos da Americel atua como agente de mudanças, alinhando pessoas à cultura da Companhia para a obtenção de melhores resultados. Adota uma estratégia organizacional inovadora, possibilitando uma atuação integrada e articulada com as lideranças.

Prioriza sua atuação em identificar, investir e reconhecer os profissionais que têm contribuições diferenciadas na Americel e no mercado, propicia a cultura do autodesenvolvimento, através do aprendizado no trabalho, mantém uma formação contínua dos profissionais que diretamente trazem os resultados para a empresa, estimulando um ambiente de inovação e de geração de novos negócios.

8. Resultados

Consolidado (em milhões de reais)	31/12/2010	31/12/2009	Varição (%)
Receita operacional líquida	1.659,7	2.432,0	-31,76%
EBITDA	442,8	422,9	4,7%
Margem EBITDA s/receita operacional líquida	26,7%	17,4%	
Lucro líquido	297,8	344,3	-13,5%

Desde a concepção da Americel, houve uma preocupação intensa da Administração no sentido de torná-la extremamente competitiva.

9. Serviços de Auditoria

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, durante o exercício de 2010, informamos que a Companhia não contratou serviços de consultoria efetuados por seus Auditores Independentes e suas partes relacionadas.

A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições aos serviços dos auditores independentes.

10. Agradecimentos

A administração da Americel agradece aos acionistas, clientes, fornecedores, bancos e investidores pelo apoio e confiança depositados, e em especial a dedicação e o empenho dos seus associados, fundamentais em todas as conquistas obtidas ao longo deste ano.

Balancos Patrimoniais – 31 de dezembro de 2010, 2009 e 01 de Janeiro de 2009 (Em milhares de reais)

	2010	2009	01/01/2009		2010	2009	01/01/2009
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	89.132	14.821	31.647	Fornecedores de materiais e serviços (Nota 12)	281.552	469.063	1.008.074
Contas a receber de terceiros, líquidas (Nota 5)	239.836	255.349	224.267	Impostos, taxas e contribuições (Nota 13)	69.034	55.777	111.722
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 16)	12.708	332.197	799.914	Contas a pagar com partes relacionadas (Nota 16)	23.831	21.032	176.224
Estoques (Nota 6)	46.456	86.133	191.035	Dividendos a pagar (Nota 18c)	2.830	3.271	1.267
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	86.994	95.532	151.747	Receita diferida "pré-pago"	37.987	22.186	20.748
Outros ativos	9.437	5.295	21.544	Outros passivos	9.364	12.037	10.858
	484.563	789.327	1.420.154		424.598	583.366	1.328.893
Não circulante				Não circulante			
Créditos com partes relacionadas (Nota 16)	3.962	3.962	3.559	Obrigações legais vinculadas a processos judiciais (Nota 14a)	156.135	113.783	61.741
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	380.023	218.870	60.287	Provisão para descontinuidade de ativos (Nota 15)	38.166	25.390	22.778
Depósitos judiciais (Nota 14c)	29.638	13.300	2.778		194.301	139.173	84.677
Aplicação financeira (Nota 7)	156.296	-	-	Patrimônio líquido e recursos de acionistas para futuro aumento de capital (Nota 18)	909.194	909.194	909.194
Outros ativos	8.069	7.008	2.110	Capital social	43.989	29.095	11.878
	577.988	243.140	68.734	Reserva legal	460.123	323.860	119.692
Imobilizado (Nota 10)	865.098	815.836	793.310	Reserva especial para dividendos não distribuídos	1.413.306	1.262.149	1.040.764
Intangível (Nota 11)	144.368	176.197	211.948	Total do patrimônio líquido	39.812	39.812	39.812
	1.587.454	1.235.173	1.073.992	Recursos de acionistas para futuro aumento de capital			
Total do ativo	2.072.017	2.024.500	2.494.146	Total do patrimônio líquido e recursos de acionistas para futuro aumento de capital	453.118	1.301.961	1.080.576
				Total do passivo e patrimônio líquido	2.072.017	2.024.500	2.494.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	2010	2009
	Reapresentado	Reapresentado
Receita operacional líquida (Nota 19)	1.659.707	2.432.036
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas (Nota 20)	(1.110.165)	(1.876.206)
Lucro bruto	549.542	555.830
Receitas (despesas) operacionais:		
Comerciais (Nota 21)	(207.778)	(202.096)
Gerais e administrativas (Nota 22)	(82.450)	(88.209)
Depreciações e amortizações	(8.918)	(5.047)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas (Nota 23)	(15.237)	12.392
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 24)	(32.436)	(37.709)
	(346.819)	(320.669)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	202.723	235.161
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 9)	(64.907)	(49.531)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9)	160.059	158.718
Lucro líquido do exercício	297.875	344.348
Lucro básico e diluído por lote de mil ações, em reais (Nota 18f)	13,94	16,12

A Companhia não possui outros resultados abrangentes que devam ser apresentados nesta demonstração do resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	2010	2009
	Reapresentado	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	297.875	344.348
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	224.797	200.147
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(160.059)	(158.718)
Provisão para devedores duvidosos	13.345	13.707
Provisão para obsolescência nos estoques	(3.113)	(789)
Provisão para contingências	45.888	45.286
Provisão para descontinuidade de ativos	3.536	3.049
	422.042	447.030
(Aumento) redução em ativos operacionais:		
Contas a receber, líquidas	2.168	(44.789)
Partes relacionadas, líquidas	322.288	311.316
Estoques	42.790	105.691
Impostos a recuperar	7.444	56.351
Outros ativos	(21.541)	7.587
Aumento (redução) em passivos operacionais:		
Contas e passivos acumulados a pagar	(178.271)	(539.606)
Impostos, taxas e contribuições a pagar	13.257	(95.945)
Receitas Diferidas	15.801	1.438
Outros passivos	(66.209)	(1.177)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	619.675	290.250
Aumento (redução) em atividades de financiamentos:		
Dividendos pagos	(147.159)	(120.959)
Partes relacionadas	-	806
Caixa líquido utilizado em atividades de financiamentos	(147.159)	(120.153)
(Aumento) redução em atividades de investimentos:		
Adições ao imobilizado	(251.683)	(201.199)
Venda de ativo imobilizado	8.600	14.276
Aplicações financeiras	(156.296)	(172.976)
Caixa líquido utilizado em atividades de investimentos	(398.299)	(186.923)
Aumento (redução) de caixa	74.311	(16.826)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.421	31.647
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	89.132	14.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	2010	2009
Receitas	2.163.941	3.096.297
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.188.379	3.127.437
Provisão para devedores duvidosos	(24.438)	(31.140)
Insumos adquiridos de terceiros	911.049	1.710.354
Custo das mercadorias e serviços vendidos	731.059	1.537.378
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	179.990	172.976
Valor adicionado bruto	1.252.892	1.385.943
Retenções	224.797	200.147
Depreciação e amortização	224.797	200.147
Valor adicionado líquido pela entidade	1.028.095	1.185.796
Valor adicionado recebido em transferência	12.221	27.851
Receitas financeiras	12.221	27.851
Valor adicionado total a distribuir	1.040.316	1.213.647
Distribuição do valor adicionado	1.040.316	1.213.647
Pessoal e encargos	99.749	96.787
Impostos, taxas e contribuições	559.668	694.854
União da marca	17.004	24.642
Juros e encargos	66.020	53.016
Remuneração de capital próprio	297.875	344.348
Dividendos	2.830	3.271
Lucros retidos	295.045	341.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

a) Reclassificação dos impostos diferidos: De acordo com o CPC 37 (IFRS 1), quando a entidade apresenta ativos correntes e não correntes, e passivos correntes e não correntes, classificando-os separadamente no balanço patrimonial, ela não deverá aplicar impostos diferidos, ativos e passivos, como correntes. Portanto, a Companhia efetuou a reclassificação do imposto de renda diferido líquido que estava classificado no ativo circulante e não circulante, para o imposto de renda diferido ativo não circulante. **b) Apresentação dos depósitos judiciais:** Os valores de depósitos judiciais dados em garantias a processos contingenciais eram apresentados no balanço patrimonial como redutores dos depósitos judiciais aplicados na primeira adoção, pois exigia que a administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. **c) Apresentação das comissões:** Foram reclassificadas as despesas de comissões pagas aos agentes distribuidores (*Dealers*) correspondentes às ativações iniciais bem como os incentivos variáveis pagos relacionados ao volume de ativações efetuadas, que anteriormente eram lançadas como despesas comerciais. Com a adoção dos novos pronunciamentos contábeis tais comissões são reconhecidas como reduzida da receita bruta de telecomunicação. **d) Apresentação dos valores correspondente ao programa de fidelização de clientes:** Foram reclassificados os valores anteriormente registrados como despesa comercial para o grupo de receitas brutas de serviços de telecomunicação. As mudanças descritas acima não geraram efeitos para fins de imposto de renda. **2.2. Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva:** O CPC 37 (IFRS 1), além das isenções voluntárias, também proíbe expressamente o ajuste retroativo em determinadas transações na primeira adoção, pois exigia que a administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. **a) Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros:** A Companhia não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros, para fins de primeira aplicação do CPC. **b) Registro de operações de hedge:** A Companhia não possui qualquer operação classificada como hedge para fins de CPC na data de transição. **c) Mudanças nas estimativas:** As estimativas adotadas na transição para o CPC são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores. **d) Investimentos em controladas, ativos e passivos de controladas, passivos em desativação e demonstrações de ativos de cliente:** A norma não é aplicável às operações da Companhia. A isenção a seguir também era aplicável à Companhia, que resolveu não adotá-la: Valor justo ou reavaliação dos ativos imobilizados e intangíveis como custo de aquisição; a Companhia optou por não avaliar os ativos imobilizados e intangíveis pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados e intangíveis da Companhia; (ii) a Companhia possui uma segregação dos ativos em classes bem definidas e relacionadas à sua atividade operacional; (iii) a área de atuação da Companhia é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, requerendo a revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens, o que vem sendo efetuado consistentemente pela Companhia; e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens dos ativos imobilizados e intangíveis, que possibilitam a pronta identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil destes ativos. Portanto, os valores apresentados no ativo imobilizado e intangíveis líquidos, estão registrados pelo custo depreciado/ amortizado conforme permitido pelo IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.3. Conciliação das práticas contábeis aplicadas na primeira adoção das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas:** Em conformidade com o CPC 37 R (IFRS 1), a Companhia apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado e patrimônio líquido dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referentes aos períodos de 01/01/2009 (data de transição) e 31/12/2009, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 e com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010. Em decorrência da aplicação dos CPCs e com o intuito de adequar suas práticas contábeis às melhores práticas internacionais, a Companhia efetuou as seguintes reclassificações:

Balancos patrimoniais:

	Nota	BRGAAP	01/01/2009	Com CPCs
Ativo Circulante	(a)	1.425.273	(5.119)	1.420.154
Ativo Não Circulante	(a)/(b)	1.068.254	5.738	1.073.992
Ativo Total		2.493.527	619	2.494.146
Passivo Circulante		1.328.893	-	1.328.893
Passivo Não Circulante	(b)	84.058	619	84.677
Patrimônio Líquido		1.080.576	-	1.080.576
Passivo Total		2.493.527	619	2.494.146

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Americel S.A. ("Americel" ou "Companhia"), companhia de capital aberto constituída em 18 de fevereiro de 1997, foi a primeira empresa a vencer um processo de licitação para explorar, sob concessão da União, o serviço móvel celular - Banda B no Distrito Federal e nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Acre e Rondônia, por um prazo de 15 anos, renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da concessão, sujeita à fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), e subordinada às normas que regulamentam a exploração do serviço móvel celular. O Contrato de Concessão é datado de 2 de julho de 1997. A Americel foi criada com o objetivo de: (a) elaborar o projeto, a execução, a implementação, a comercialização, a operação, a manutenção e a exploração de serviço de telefonia móvel celular e de outros serviços de telecomunicações e seus conexos, (b) a prestação de serviços de engenharia de telecomunicações; e (c) a importação, a exportação e a comercialização de bens e equipamentos relacionados com os serviços de telecomunicações e conexos. Em 3 de fevereiro de 2003, a Americel assinou Termo de Autorização com a ANATEL, em substituição ao Contrato de Concessão do Serviço Móvel Celular (SMC) para o Termo de Autorização do Serviço Móvel Pessoal (SMP), conforme norma de Adaptação dos Instrumentos de Concessão e de Autorização do SMC para o SMP, aprovado pela Resolução da ANATEL nº 318, de 27 de setembro de 2002, alterada pela Resolução da ANATEL nº 326, de 28 de novembro de 2002. Nos dias 18 e 19 de dezembro de 2007, a ANATEL realizou o leilão, referente ao processo de Licitação Nº 002/2007/SPV, para novas faixas de radiofrequência destinadas à telefonia móvel de terceira geração (3G) (bandas F, G, I, J), nas frequências de 1,9 e 2,1 GHz, onde a Companhia adquiriu autorizações para a operação em sua área de concessão. O montante pago por essas autorizações, válidas para um período de quinze anos, prorrogável uma única vez por igual período, foi de R\$ 117.279, liquidado em abril de 2008. A assinatura dos Termos de Autorização correspondentes ocorreu em 29 de abril de 2008, conforme homologação dos resultados pelo Conselho Diretor da ANATEL.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 01 de janeiro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatos objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

Balancos patrimoniais:

	Nota	BRGAAP	Reclassificações	Com CPCs
Ativo Circulante	(a)	871.540	(5.119)	866.421
Ativo Não Circulante	(a)/(b)	1.077.977	5.738	1.083.715
Ativo Total		1.949.517	619	1.950.136
Passivo Circulante		744.915	-	744.915
Passivo Não Circulante	(b)	131.670	(619)	132.289
Patrimônio Líquido		1.072.632	-	1.072.932
Passivo Total		1.949.517	(619)	1.950.136

Demonstração do resultado:

	Nota	BRGAAP	Reclassificações	Com CPCs
Receita operacional líquida	(c)/(d)	597.313	(7.956)	499.357
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas		(368.559)	-	(368.559)
Lucro bruto		138.754	-	130.798
Receitas (despesas) operacionais:				
Gerais e administrativas				



AMERICEL S.A.

CNPJ 01.685.903/0001-16

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Nota	31/12/2009		
	BRGAAP	Reclassificações	Com CPCs
Ativo Circulante			
(a)	855.236	(65.909)	789.327
(a)/(b)	1.161.889	73.284	1.235.173
Ativo Não Circulante	<u>2.017.125</u>	<u>7.375</u>	<u>2.024.500</u>
Ativo Total	583.366	-	583.366
Passivo Circulante			
(b)	131.798	7.375	139.173
Passivo Não Circulante	1.301.961	-	1.301.961
Patrimônio Líquido	<u>2.017.125</u>	<u>7.375</u>	<u>2.024.500</u>

Demonstração do resultado:

Notas	2009		
	BRGAAP	Reclassificações	Com CPCs
Receita operacional líquida	2.464.152	(32.116)	2.432.036
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(1.876.206)	-	(1.876.206)
Lucro bruto	587.946	(32.116)	555.830
Recargas (despesas) operacionais:			
Comerciais	(234.212)	32.116	(202.096)
Gerais e administrativas	(88.209)	-	(88.209)
Depreciações e amortizações	(5.047)	-	(5.047)
Outras despesas operacionais, líquidas	(37.709)	-	(37.709)
Total de despesas operacionais	<u>(352.785)</u>	<u>32.116</u>	<u>(320.669)</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	235.161	-	235.161
Imposto de renda e contribuição social diferido	158.718	-	158.718
Imposto de renda e contribuição social	(49.531)	-	(49.531)
Lucro líquido do exercício	<u>344.348</u>	<u>-</u>	<u>344.348</u>

Para as notas, vide tópico 2.1 Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

2.4. Novos IFRS e interpretações do IFRIC: Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de sua aplicação inicial.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa: Estão representadas por caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, não excedendo o valor de realização (Nota 4). **b) Contas a receber com terceiros, líquidas:** As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas no valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até a data dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, simcards e acessórios. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação, cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir as eventuais perdas (Nota 5). **c) Estoques:** Representados substancialmente por aparelhos celulares, simcards, cartões pré-pagos e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração (Nota 6). **d) Aplicação financeira de longo prazo:** As aplicações financeiras, registradas no ativo não circulante, são representadas por fundo de investimento classificado como Multimercado, resgatáveis em prazo superior a 360 dias. São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, não excedendo o valor de realização (Nota 7). **e) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000,00. O imposto de renda social é computado pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos (Nota 9). O ativo fiscal diferido é constituído com base nas alíquotas conhecidas, sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, sendo reduzido aos valores prováveis de realização, conforme a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 8). **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção ou reparos, após o término do regime de competência, são registrados no período em que os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa no período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que os respectivos pagamentos não sejam feitos nesse período (Nota 27). **h) Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial pelos seus custos de aquisição e, posteriormente, reduzidos pela amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável. É representado substancialmente pelo direito de exploração de serviço móvel celular, acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data de entrada em operação da Companhia. As concessões começaram a ser amortizadas quando do início de cada operação, pelo período remanescente ao qual se refere, pelo método linear (Nota 11). **i) Provisão para recuperação de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **j) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor passivo seja mensurável com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvidos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **k) Obrigações legais vinculadas a processos judiciais:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. (Nota 14). **l) Provisão para descontinuidade de ativos:** A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, é descontada ao valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente (Nota 15). **m) Provisão para o programa de fidelização:** As controladas possuem programas de fidelização, em que ligações são transformadas em pontos para futura troca por aparelhos e serviços. Os pontos acumulados, líquidos de resgates, são provisionados considerando os dados históricos de resgates, pontos gerados e o custo médio do ponto.

n) Tributação: As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS, impostos sobre serviços - ISS, às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo programa de integração social - PIS e contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS na modalidade cumulativa para receitas auferidas em serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente. Para as demais receitas auferidas pela Companhia na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS respectivamente. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços e vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. **o) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço de telefonia celular compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas referentes aos créditos de resgate de celulares são registradas, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados referentes aos cartões já vendidos são registrados como outros passivos circulantes. As receitas de venda de mercadorias (aparelhos celulares, simcards e acessórios) são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia. **p) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. **q) Transações denominadas em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional (o Real), utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são verificados em taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

r) Campanhas promocionais: Custos e despesas referentes a campanhas promocionais, incluindo as vendas de aparelhos celulares e acessórios a valores inferiores aos custos de aquisição, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **s) Ajuste ao valor presente:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **t) Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. A determinação do julgamento e das estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para perdas no estoque; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o método de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste ao valor presente de certos ativos e passivos; e a provisão para contingências. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente. **u) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2010	2009	01/01/2009
Caixa e bancos	10.752	14.489	30.946
Aplicações financeiras	78.380	332	701
	<u>89.132</u>	<u>14.821</u>	<u>31.647</u>

Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 01 de janeiro de 2009, as aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa junto a instituição financeira por meio de Certificado de Depósito Bancário - CDB, indexados à taxa de 98,75% a 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER COM TERCEIROS, LÍQUIDAS

	2010	2009	01/01/2009
Vendas de aparelhos celulares e acessórios	74.242	77.493	84.816
Serviços faturados	108.734	90.298	75.445
Serviços não faturados	33.857	39.024	23.867
Interconexão	50.050	55.804	50.976
Total de vendas e serviços prestados	266.883	262.619	235.104
(-) Provisão para devedores duvidosos	(45.689)	(32.344)	(18.637)
	221.194	230.275	216.467
Outros recebíveis	239.832	255.249	224.267
	<u>461.026</u>	<u>485.524</u>	<u>440.734</u>

A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento (aging list):

	2010	2009	01/01/2009
A vencer	175.917	171.581	100.846
Vencidas:			
de 1 a 30 dias	15.491	10.044	39.807
de 31 a 60 dias	8.493	8.160	13.007
de 61 a 90 dias	5.372	5.318	2.163
de 91 a 120 dias	4.140	4.112	12.506
de 121 a 150 dias	2.880	4.138	12.092
de 151 a 180 dias	2.319	2.037	2.037
há mais de 180 dias	52.427	57.029	52.648
	<u>266.883</u>	<u>262.619</u>	<u>235.104</u>

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

	2010	2009	01/01/2009
Saldo inicial	32.344	18.637	19.227
Provisão constituída (Nota 21)	24.438	31.140	20.959
Baixas	(11.093)	(17.433)	(21.549)
Saldo final	<u>45.689</u>	<u>32.344</u>	<u>18.637</u>

6. ESTOQUES

	2010	2009	01/01/2009
Estoques de aparelhos para revenda	51.711	93.897	199.130
Estoques de simcards e acessórios para revenda	1.821	2.425	2.883
	53.532	96.322	202.013
(-) Provisão para perdas em estoques	(7.076)	(10.189)	(10.978)
	<u>46.456</u>	<u>86.133</u>	<u>191.035</u>

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	2010	2009	01/01/2009
Saldo inicial	10.189	10.978	6.216
Provisão constituída	7.526	16.610	14.660
Baixas	(10.639)	(17.399)	(9.898)
Saldo final	<u>7.076</u>	<u>10.189</u>	<u>10.978</u>

A provisão para perda de estoques é constituída com base nos itens em estoque com lenta movimentação, considerados de difícil realização.

7. APLICAÇÃO FINANCEIRA DE LONGO PRAZO

A aplicação financeira, que está registrada no ativo não circulante, está representada por fundo de investimento não exclusivo classificado como Multimercado, resgatável em prazo superior a 360 dias, com remuneração entre 98,75% e 102,5% do CDI.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR - CURTO E LONGO PRAZO

	2010	2009	01/01/2009
Imposto de renda sobre aplicações financeiras e outros	8.115	7.969	6.121
Imposto de renda e contribuição social antecipação	3.733	11.499	6.915
ICMS a recuperar	66.599	62.785	102.047
PIS/COFINS	5.214	11.210	34.942
Outros	3.333	2.069	1.722
Circulante	86.994	95.532	151.747
Imposto de renda e contribuição social diferidos	347.405	187.346	28.628
ICMS a recuperar	32.618	31.524	31.659
Não circulante	380.023	218.870	60.287
Total de circulante e não circulante	<u>467.017</u>	<u>314.402</u>	<u>212.034</u>

Os créditos do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações da Companhia. Esses créditos estão registrados no ativo circulante ou realizável a longo prazo, de acordo com o prazo previsto de realização.

Impostos de renda e contribuição social diferidos

	2010	2009	01/01/2009
Imposto de renda diferido	255.445	137.755	21.006
Contribuição social diferida	91.960	49.591	7.622
	<u>347.405</u>	<u>187.346</u>	<u>28.628</u>

A Companhia tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, imprescritíveis. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos foram constituídos e ajustados no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado na referida Instrução. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido a própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	2010	2009	01/01/2009
Equipamentos de Transmissão	184.174	184.174	184.174
Infraestrutura	265.944	265.944	265.944
Equipamentos de Comutação	251.438	251.438	251.438
Prédios	2.227	2.227	2.227
Terrenos	192	192	192
Outros Ativos Imobilizados	114.528	114.528	114.528
Imobilizado em Andamento	217.751	217.751	217.751
Total	1.598.751	1.598.751	1.598.751

b) Movimentação

	2010	2009	01/01/2009
Custo			
Saldo em 01/01/09	961.539	184.174	184.174
Adições	96	8.229	96
Baixas	(10.789)	(4.886)	(25)
Transferências	52.487	78.427	36.500
Saldo em 31/12/09	1.003.333	265.944	251.438
Adições	21	12.801	4
Baixas	(923)	(35.537)	(2.545)
Transferências	71.741	43.226	14.646
Saldo em 31/12/10	1.074.172	286.434	263.543
Depreciações			
Saldo em 01/01/09	(491.852)	(93.082)	(116.430)
Adições	(108.440)	(21.079)	(33.703)
Baixas	4.454	-	1
Transferências	-	-	-
Saldo em 31/12/09	(595.838)	(114.161)	(150.132)
Adições	(118.174)	(28.450)	(33.560)
Baixas	276	34.994	2.398
Transferências	5.623	2.914	62
Saldo em 31/12/10	(708.113)	(104.703)	(181.232)
Saldo líquido em 31/12/2009	407.495	151.783	101.306
Saldo líquido em 31/12/2010	366.059	181.731	82.311

O saldo de bens e instalações em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, basicamente pela implementação das redes GSM e terceira geração (3G). Durante o ano de 2010 e 2009 não ocorreram encargos financeiros relativos a financiamentos para aquisição dos equipamentos em construção ou encerramento das obras de instalação. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais, no montante de R\$215 (R\$215 em 31 de dezembro de 2009). O ativo imobilizado está sujeito a teste de recuperabilidade quando há indicativo de potencial perda de valor conforme mencionado na nota 3f. **Revisão da vida útil:** Atualmente a Companhia opera sua rede de prestação de serviços nas tecnologias GSM e 3G. Em função desta migração tecnológica, durante o ano de 2009 a Companhia revisou a expectativa de vida útil dos equipamentos, meios de transmissão e centrais de comutação e controle da rede a qual foi reduzida de 10 anos para 7 anos, baseada em laudo sobre a vida útil desses bens, emitido por empresa especializada contratada para este fim. Conseqüentemente, durante 2010, as taxas de depreciação desses bens foram alteradas, passando de 10% ao ano para 14,3% ao ano. O efeito desta alteração na expectativa da vida útil destes ativos resultou em um incremento de depreciação durante 2009 de R\$65.389, registrada ao custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

11. INTANGÍVEL

a) Composição

Prazo de amortização em anos	2010					2009					01/01/2009				
	Custo	Amortizada	Líquido	Líquido	Líquido	Custo	Amortizada	Líqu							



AMERICEL S.A.

CNPJ 01.685.903/0001-16

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Recursos financeiros/mútuos

	2010			2009			01/01/2009		
	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
Claro S.A.	-	-	-	22.440	-	-	-	-	-
Claro Telecom Participações S.A.	-	5.754	-	-	5.754	-	-	-	-
AM Telecom Americas S.A. de C.V.	-	69	-	-	69	-	-	-	-
América Móvil S.A. de C.V.	-	-	-	-	-	-	-	-	291
Radiomóvil Dipsa S.A. de C.V.	-	-	-	-	-	-	-	-	426
Sercotel S.A. de C.V.	-	346	-	-	346	-	-	-	-
Total do curto prazo	-	6.169	-	22.440	6.169	-	-	-	717
Claro Telecom Participações S.A.	3.962	-	-	3.962	-	-	3.559	-	-
Total longo prazo	3.962	-	-	3.962	-	-	3.559	-	-
Total	3.962	6.169	-	26.402	6.169	-	3.559	-	717

As transações com a Claro S.A. são transações comerciais e as transações com a Claro Telecom Participações referem-se a dividendos a pagar e transações financeiras, as quais não possuem atualização monetária e prazo de vencimento. Em 11 de junho de 2008, a Companhia e a empresa ligada Claro S.A., através de Assembleia Geral, constituíram o Instituto Claro, que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento social no Brasil, por meio de ações que contribuam para o incremento da educação, para a realização de atividades artísticas, culturais e desportivas, para o fomento da ciência e para preservação e conservação do meio ambiente.

Venda de mercadorias e outros:

	2010			2009			01/01/2009		
	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
Embratel S.A.	-	17.662	111.851	-	14.837	110.925	-	7.882	89.384
Procsa S.A. de C.V.	-	-	(21)	-	11	(80)	-	30	(70)
Cablerna do Brasil Ltda.	-	-	-	-	15	(543)	-	-	-
Claro S.A.	12.708	-	(125.299)	309.757	-	(136.093)	799.914	168.312	(152.963)
Total curto prazo	12.708	17.662	(13.469)	309.757	14.863	(25.791)	799.914	176.224	(63.649)

Os saldos de contas a receber e a pagar de vendas de mercadorias referem-se, basicamente, à compra e venda de aparelhos e acessórios, aluguel de circuito e à interconexão. Essas transações são mantidas a valor de mercado. No exercício de 2010, a Companhia efetuou vendas de aparelhos celulares para a parte relacionada Claro S.A., no montante de R\$140.432 (R\$917.631 em 2009) a preços similares àqueles praticados com terceiros. O prazo médio para pagamento dessas transações é de 60 dias. A partir de 2010, a Claro S.A. abriu filial no Distrito Federal, cessando as compras de aparelhos com a Americhel S.A.

Participação dos empregados nos resultados: São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Vendas e Despesas Gerais e Administrativas.

Rateio de gastos corporativos e uso da marca (Claro e Americhel): Como melhoria da qualidade de gestão e informação gerencial, a partir de janeiro de 2006, a Administração da Companhia decidiu unificar processos e tarefas, centralizando as áreas financeira e comercial no Centro Administrativo de São Paulo por meio da empresa ligada Claro S.A. Em setembro de 2006, foi firmado entre as empresas Americhel e Claro S.A. um Acordo para Rateio de Despesas corporativas incorridas. O objetivo desse acordo é permitir o compartilhamento dos recursos e obtenção de sinergias e assegurar os repasses das despesas corporativas respectivas. Durante o ano de 2010, a Americhel registrou o montante de R\$106.349 (R\$111.451 em 31 de Dezembro de 2009) a título de despesas de atendimento a clientes e de despesas corporativas, registrados contabilmente no resultado do exercício nas rubricas de custos de serviços prestados R\$ 6.551, despesas administrativas R\$47.289 e despesas comerciais R\$52.509. Adicionalmente durante o ano de 2008, a Companhia e a Claro S.A., firmaram o contrato de licença para uso pela Americhel, de diversas marcas de propriedade da Claro S.A., para identificar os serviços de telecomunicações prestados pela Americhel no território brasileiro. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita líquida de prestação de serviços auferida pela Americhel durante o ano. O prazo deste contrato será de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos. Em 2010 a Companhia reconheceu despesa no valor de R\$17.004 (R\$24.642 em 2009), sendo estes valores mantidos em contas a pagar em 31 de dezembro de 2010 e 2009 respectivamente.

17. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Durante os exercícios de 2010 e 2009, as remunerações dos administradores totalizaram R\$1.637 e R\$1.594, respectivamente.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A composição do capital social da Companhia é como segue:

	Quantidade de Ações em	
	2010, 2009 e 01/01/2009	
	Ordinárias	Preferenciais
	Nominativas	Nominativas
AM Telecom Americas S.A. de C.V.	275.462.898	-
Claro Telecom Participações S.A.	19.554.908.717	177.381.096
Sercotel S.A. de C.V.	1.223.628.436	-
Outros	2.959	31
BNDSPAR	-	132.689.911
	21.054.003.010	310.071.038

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2010 foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$344.348, da seguinte forma: **(i)** constituição de Reserva Legal no montante de R\$17.217; **(ii)** distribuição aos acionistas titulares de ações preferenciais classe B do dividendo fixo de R\$0,01 para cada lote de 10.000 (dez mil) ações preferenciais classe B, conforme previsto no art. 5º, parágrafo 5º do Estatuto Social da Companhia, totalizando o valor bruto de R\$132,69; **(iii)** distribuição aos acionistas titulares de ações ordinárias e ações preferenciais classe A, na forma de dividendo obrigatório, do valor total bruto de R\$3.271; **(iv)** os acionistas presentes deliberaram ainda pela distribuição aos acionistas titulares de ações ordinárias e ações preferenciais classe A, na forma de dividendos, do valor de R\$143.888. **a) Reserva Legal:** A legislação societária brasileira determina que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes dos lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido do exercício, limitado àquele percentual. **b) Direito das ações:** A Companhia possui ações ordinárias e preferenciais de Classe A e B. Cada ação ordinária concede direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais de classe A não têm direito a voto, gozam de prioridade no reembolso do capital sem prêmio e, quanto aos demais direitos, são assegurados os mesmos atribuídos às ações ordinárias. As ações preferenciais da Classe A participam em igualdade de condições com as ações ordinárias: **(a)** no recebimento dos dividendos e **(b)** nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas de lucros, sendo-lhes assegurado ainda direito integral a todas as bonificações, desdobramentos e outras distribuições que venham a ser atribuídos, a partir da data de subscrição, às ações ordinárias. As bonificações atribuídas às ações preferenciais serão sempre em ações de mesma espécie e classe. As ações preferenciais da Classe B têm as mesmas características das ações preferenciais da Classe A, remuneradas por um dividendo fixo de um centavo de real por lote de dez mil ações. **c) Dividendos:** Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, será distribuído aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 1%, compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício e procedidos os ajustes de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404/76:

	2010	2009
Lucro Líquido do Exercício	297.875	344.348
Constituição da Reserva Legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(14.894)	(17.217)
Lucro Líquido Após Apropriação da Reserva Legal	282.981	327.131
Dividendo proposto - 1%	2.830	3.271

Conselho de Administração

Efetivos	Suplentes
Daniel Hajj Aboumrak Presidente	Marcos Medeiros Coelho da Rocha Daniel Alejandro Tapia Mejia
Carlos Cárdenas Blásques Alberto de Orleans e Bragança Alejandro Cantú Jiménez Carlos José García Moreno Elizondo	

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Americhel S.A.**,
Brasília - DF
Examinamos as demonstrações financeiras da **Americhel S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados

Diretoria

Sérgio Adriano Pelegrino Diretor Financeiro e Relações com Investidores Ricardo da Silva Santoro Diretor de Tecnologia e Informação Bernardo Kos Winik Diretor de Vendas e Consumo	Fiamma Orlando Zarife Diretor de Serviço e Valor Agregado Erik Cordeiro Caldas Fernandes Diretor de marketing
--	--

dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.
Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião sobre as demonstrações financeiras
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Americhel S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Demonstração do valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas *IFRS* que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2010	2009
Outras receitas operacionais:		
Ganho do ativo imobilizado alienado	609	931
Estorno provisão perda de ativo fixo	1.835	1.045
	2.444	1.976
Outras despesas operacionais:		
Provisão para contingências	(12.345)	(13.807)
Baixa de ativo imobilizado	(5.379)	(163)
Uso da marca	(17.004)	(24.642)
Outras despesas	(152)	(1.073)
	(34.880)	(39.685)
	(32.436)	(37.709)

25. PLANO DE PENSÃO

A Americhel oferece aos seus associados a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), por intermédio do ICATU HARTFORD até 30 de abril de 2009, que administrava os Fundos de investimento. A partir de 1º de maio de 2009, a ITAÚPREV passou a ser a nova administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da empresa já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no ICATU HARTFORD. A Companhia participa com o mesmo percentual de contribuição do associado sobre o salário-base, livremente escolhido pelo participante, ou seja, entre 1% a 7% para Diretores e Gerentes e 1% e 4% para os demais associados elegíveis. Em 2010, a Companhia (patrocinadora) efetuou contribuições no montante de R\$195 (R\$270 em 2009).

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os saldos das contas a receber e a pagar registradas no circulante aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos. As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia. Nos termos da Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são: **a) Análise da sensibilidade das aplicações financeiras:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2010, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 12,22% para o ano de 2011 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de +20% e -20%. Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2010, projetando-se um ano e verificando-se a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	12,22%	14,66%	9,78%
Posição em 31.12.2010		19,099	22,913	15,286

* Saldo em 31 de dezembro de 2010 aplicados em CDB e Fundos de investimentos

b) Risco de taxa de câmbio: Este risco ocorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo com contratos referentes a compras de ativo imobilizado indexados ao dólar norte-americano. Em 2010 as transações mantidas não geraram riscos materiais para a Companhia. **c) Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares (*dealers*) e distribuidores de cartões pré-pago. A Anatel requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados, independentemente da renda e na ordem em que sejam recebidas as inscrições. O risco de crédito com relação às contas a receber de serviços de telefonia móvel celular é diversificado. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia realiza análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da Anatel. Em 31 de dezembro de 2010, a carteira de clientes da operadora não apresentava assinantes, cujos recebíveis fossem, individualmente, superiores a 0,79% (1,11% em 31 de dezembro de 2009) do faturamento de serviços do mês de dezembro/2010. A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia mantém limites de crédito individuais, com base em análise do potencial de venda, histórico de risco e inadimplência. A seletividade de seus clientes, a diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia adota a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais. Em 31 de dezembro de 2010, a carteira de *dealers* da Companhia não apresentava registro de *dealers* que cujos recebíveis fossem, individualmente, superiores a 9,37% (12,64% em 31 de dezembro de 2009) das contas a receber do mês de dezembro.

27. COMPROMISSOS

A Companhia mantém contratos de aluguel de áreas para instalação de seus equipamentos de transmissão, perfazendo um montante mensal total de, aproximadamente, R\$1.135. Os contratos têm vencimento entre 2011 e 2015 e, em sua maioria, têm índice de reajuste anual com base na variação do IGP-DI. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos:

Ano	Valor
2011	20.652
2012	18.421
2013	13.974
2014	10.346
2015	4.716
	68.109

Ativo imobilizado: Adicionalmente, a Companhia possui contratos para aquisição de equipamentos e serviços destinados à ampliação de sua rede, no montante total de R\$119.340 em 31 de dezembro de 2010.

28. SEGUROS

A Companhia adota política de manutenção de seguros em níveis que a Administração considera adequados para cobrir os eventuais riscos de responsabilidade ou sinistros de seus ativos. Devido às características de operações multilocalizadas, a Administração contrata seguro com o conceito de perda máxima provável, em um mesmo evento, o qual mantém cobertura contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos (vendaval, raios e enchentes). A apólice de seguro é única e engloba todas as empresas do grupo, cujo limite máximo indenizável para todas as coberturas contratadas é de, aproximadamente, R\$257.252 para todo o Grupo Claro. Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

Contador

Ricardo Basso Gaino Gerente de Contabilidade - Contador CRC - PR-040021/O-0-S-DF

em, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações financeiras da **Americhel S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, inclusive os saldos de abertura do balanço patrimonial desse exercício, antes da reapresentação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 10 de fevereiro de 2010 com uma opinião sem modificação. Como parte da auditoria das demonstrações financeiras da Americhel S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 2.3 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e os saldos de abertura do balanço patrimonial desse exercício. Concluímos que tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia em 1º de janeiro de 2009 e as referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e, portanto, não expressamos opinião sobre tais demonstrações financeiras.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

João Ricardo P. Costa
Contador CRC-1RJ066748/O-3-S-DF